



Fundação de Apoio ao Desenvolvimento
da Universidade Estadual de Londrina

CÂMARA MUNICIPAL DE MANGUEIRINHA

EDITAL Nº 001/2017

DATA DA PROVA: 12/11/2017

CARGO: **PROCURADOR LEGISLATIVO** (NÍVEL SUPERIOR)

Conhecimentos Específicos: Questões 01 a 30; **Língua Portuguesa:** Questões 31 a 46;
Conhecimentos Gerais: Questões 47 a 60.

LEIA AS INSTRUÇÕES ABAIXO ANTES DE INICIAR A PROVA

1	Identifique-se na parte inferior da capa deste caderno de questões.
2	A prova terá duração de 4 (quatro) horas, incluindo o tempo de preenchimento do cartão-resposta.
3	Utilize caneta esferográfica azul ou preta no preenchimento do cartão-resposta.
4	O candidato só poderá retirar-se da sala após 2 (duas) horas do início das provas, seja para ir embora ou para utilizar os sanitários.
5	Este caderno de provas contém 60 (sessenta) questões de múltipla escolha (a,b,c,d,e).
6	Cada questão de múltipla escolha apresenta uma única resposta correta.
7	Verifique se o caderno está completo e sem imperfeições gráficas. Se houver algum problema, comunique imediatamente ao fiscal.
8	Durante a aplicação da prova é proibido qualquer tipo de consulta.
9	Este caderno de provas pode ser usado como rascunho, sendo a correção da prova feita única e exclusivamente pela leitura eletrônica dos cartões-resposta.
10	Assine o cartão-resposta no local indicado.
11	Não serão computadas questões não assinaladas no cartão-resposta, ou que contenham mais de uma resposta, emenda ou rasura.
12	Ao término da prova, o cartão-resposta deverá ser devolvido ao fiscal da prova.
13	O caderno de prova poderá ser levado somente pelo candidato que se retirar da sala de aplicação de provas no decurso da última hora da realização das mesmas.
14	É obrigatória a saída simultânea dos 3 (três) últimos candidatos, que assinarão a ata de encerramento da aplicação da prova e acompanharão os fiscais à coordenação para lacre do envelope de cartões-resposta.

Identificação do candidato

Nome (em letra de forma)	Nº do Documento

QUESTÕES 01 A 30 - CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

01. Suponha que o Estado do Paraná preveja, em sua constituição estadual, a existência de um Conselho Estadual de Contas dos Municípios, com o objetivo de auxiliar o Poder Legislativo Municipal na realização do controle externo de contas municipais. Neste caso, é correto afirmar que:

a) é constitucional, pois compatível com a Constituição da República de 1988, que veda apenas a criação de tribunais, conselhos ou órgãos de contas municipais.

b) é inconstitucional, pois fere a regra constitucional que proíbe a criação de tribunais, conselhos ou órgãos de contas estaduais e municipais.

c) é inconstitucional, pois fere a regra constitucional que proíbe a criação de tribunais, conselhos ou órgãos de contas municipais.

d) é constitucional, podendo, ainda, os próprios municípios, criarem Conselhos de Contas Municipais para, em caráter supletivo, auxiliar o órgão estadual.

e) é constitucional, pois compatível com a Constituição da República de 1988, que não veda a criação de tribunais, conselhos ou órgãos de contas federais, estaduais ou municipais.

02. O art. 39 da Constituição Federal determina que alguns agentes públicos sejam remunerados exclusivamente por subsídio. Imagine que haja a edição de uma lei municipal estipulando, ao Prefeito e Vice-prefeito do Município de Manguaerinha, o pagamento de terço constitucional de férias e décimo terceiro salário. Nesta hipótese, segundo o entendimento do Supremo Tribunal Federal, fixado em sede de repercussão geral no RE 650898 / RS (DJE nº 187, divulgado em 23/08/2017), é correto afirmar que:

a) o pagamento de ambas as verbas é inconstitucional, uma vez que o regime de subsídio é incompatível com outras parcelas remuneratórias mensais ou anuais.

b) apenas o pagamento das férias será inconstitucional, pois o décimo terceiro salário possui natureza indenizatória e não se engloba na vedação constitucional.

c) o pagamento de férias e décimo terceiro salário será constitucional apenas em relação ao Prefeito, não se estendendo ao vice-prefeito, o qual não possui direito em razão de sua função suplementar.

d) o pagamento de ambas as verbas é inconstitucional, uma vez que o regime de subsídio é incompatível com outras parcelas remuneratórias de qualquer natureza, sejam elas remuneratórias ou indenizatórias, mensais ou anuais.

e) apesar do regime de subsídio ser incompatível com parcelas remuneratórias de natureza mensal, a vedação não se aplica ao décimo terceiro salário e do terço constitucional de férias, pagos a todos os trabalhadores com periodicidade anual.

03. O vereador J.S.C, em 05 de outubro de 2017, apresentou projeto de lei à Câmara Municipal com vistas a instituir, no Município "X", a cobrança de taxa cujo objetivo era ressarcir o erário municipal do custo de manutenção do serviço de combate a incêndios. Segundo seu projeto de lei, os contribuintes, que realizem atividades de comércio, indústria e prestação de serviços, deverão pagar, anualmente, a taxa de incêndio. O valor a ser pago variará de acordo com o grau de risco de incêndio da atividade desenvolvida e os recursos arrecadados serão destinados ao Corpo de Bombeiros Militar. Considerando as disposições da Constituição Federal (CF/88), Código Tributário Nacional (CTN) e a tese fixada pelo Supremo Tribunal Federal (STF) em sede de repercussão geral no RE 643247 (DJe nº 145/2017, divulgado em 29/6/2017), é correto afirmar que a matéria contida no referido projeto de lei:

a) é inconstitucional, pois, segundo o STF, a segurança pública, incluindo a prevenção e o combate a incêndios, é de competência precípua dos Estados, e, por se tratar de serviço essencial, apenas pode ser custeada pelos impostos.

b) é constitucional, pois se trata de taxa pela utilização, efetiva ou potencial, de serviços públicos específicos e divisíveis, o que, em exame, é compatível com o custeio do serviço de combate a incêndios.

c) é inconstitucional, pois, apesar do STF ter autorizado os municípios a instituírem taxa de combate a incêndio, o critério material não poderá ser o exercício de atividade empresarial, mas tão somente a posse ou propriedade de prédios urbanos.

d) é constitucional, pois se trata de taxa pelo exercício de poder de polícia e não de taxa pela utilização de serviços públicos, cabendo, portanto, sua imposição em razão da fiscalização das atividades empresariais.

e) é inconstitucional, pois o custeio dos serviços de segurança pública apenas poderão se dar por meio de contribuição de melhoria, arrecadada por cada Estado da federação responsável pela prestação da atividade.

04. Conforme as disposições da lei regulamentadora do Mandado de Segurança Coletivo (Lei nº 12.016/2009) e a orientação do Supremo Tribunal Federal (STF) sobre o tema, é correto afirmar que:

a) Uma entidade de classe não tem legitimação para impetrar mandado de segurança coletivo quando a pretensão veicular interesse apenas de uma parte da respectiva categoria.

b) A impetração regular de mandado de segurança coletivo, por entidade de classe em favor dos associados, apenas ocorrerá se houver autorização destes, diretamente ou por deliberação em assembleia da entidade.

c) A liminar apenas poderá ser concedida após a audiência do representante judicial da pessoa jurídica de direito público, que deverá se pronunciar no prazo de 72 (setenta e duas) horas.

d) Para fins de impetração de mandado de segurança coletivo, os órgãos de partidos políticos não se equiparam ao conceito de autoridade, segundo jurisprudência consolidada do Supremo Tribunal Federal.

e) Denegada a segurança, a sentença estará sujeita obrigatoriamente ao duplo grau de jurisdição por meio de reexame necessário.

05. A chamada “fidelidade partidária” propõe um princípio de pertencimento do cargo eletivo ao partido, importando no desprovemento do cargo quando o candidato eleito rompa, de forma imotivada e deliberada, com o vínculo partidário que assumira. Considerando as regras jurídicas a respeito da chamada “infidelidade partidária”, notadamente a interpretação atribuída pelo Supremo Tribunal Federal (Mandados de Segurança n. 26.602, 26.603 e 26.604 e ADI 5.081/DF) às resoluções do Tribunal Superior Eleitoral sobre o tema, julgue a Verdade (V) ou Falsidade (F) das afirmações abaixo:

I- Caso um prefeito ou um vereador, eleitos por uma determinada legenda, no curso de seus mandatos, venham, sem justificativa, a associarem-se a outra, terão, seus partidos originais, direito a reclamar a vaga, acarretando a perda do mandato.

II- Caso um governador ou um senador, eleitos por uma determinada legenda, no curso de seus mandatos, venham, sem justificativa, a associarem-se a outra, não terão, seus partidos originais, direito a reclamar a vaga, ou seja, o ato não acarretará a perda do mandato.

III- A desfiliação do partido pelo qual disputou as eleições e o posterior ingresso em outra agremiação partidária não caracteriza hipótese de “infidelidade partidária” capaz de gerar a perda do mandato, independentemente da natureza do sistema eleitoral adotado (proporcional ou majoritário).

Assinale a alternativa que expresse a sequência correta de julgamento:

a) I - F, II - V, III - F.

b) I - V, II - V, III - F.

c) I - F, II - F, III - V.

d) I - F, II - F, III - F.

e) Nenhuma das alternativas anteriores.

06. A probidade administrativa é essência da democracia, sem a qual não será possível a obtenção dos objetivos traçados no artigo 3º da Constituição Federal. A Lei 8.429/92 (LIA), seguindo as determinações constitucionais, dispõe sobre as sanções aplicáveis aos agentes públicos nos casos de enriquecimento ilícito no exercício de mandato, cargo, emprego ou função na administração pública

direta, indireta ou fundacional. Considerando os termos da LIA e do Superior Tribunal de Justiça a respeito da possibilidade do Ministério Público requerer, sumariamente, a indisponibilidade dos bens do indiciado quando constatado ato de improbidade administrativa que cause lesão ao patrimônio público ou enriquecimento ilícito, é correto afirmar que:

a) como a medida de indisponibilidade de bens, prevista na LIA, se trata de uma tutela de evidência, torna-se despicienda a comprovação do perigo da demora (*periculum in mora*), o qual é presumido em razão da gravidade do ato e a necessidade de garantir o ressarcimento do patrimônio público.

b) como a medida de indisponibilidade de bens, prevista na LIA, se trata de uma tutela de urgência, é absolutamente necessária a comprovação da verossimilhança das alegações e do perigo da demora para seu deferimento.

c) a LIA não autoriza a indisponibilidade de bens como tutela preventiva, mas tão somente o afastamento do agente público do exercício do cargo, emprego ou função, sem prejuízo da remuneração, quando a medida se fizer necessária à instrução processual.

d) como a medida de indisponibilidade de bens, prevista na LIA, é, em verdade, uma hipótese de sequestro de bens, torna-se absolutamente necessária a comprovação da verossimilhança das alegações (*fumus boni iuris*) e do perigo da demora (*periculum in mora*) para seu deferimento.

e) como a medida de indisponibilidade de bens, prevista na LIA, se trata de uma tutela de evidência, torna-se despicienda a comprovação do perigo da demora, o qual é presumido em razão da gravidade do ato e a necessidade de garantir o ressarcimento do patrimônio público.

07. A capacidade civil é indispensável para o gozo dos direitos civis e políticos. Sabendo-se disso, segundo as regras jurídicas da Constituição Federal (CF/88), Código Civil de 2002 (CC/02) e do Estatuto da Pessoa com Deficiência (Lei 13. 136/15), é correto afirmar, que:

a) São absolutamente incapazes para os atos da vida civil os que, por enfermidade ou deficiência mental, não tiverem o necessário discernimento para a prática desses atos.

b) São relativamente incapazes a certos atos ou à maneira de os exercer os ébrios habituais e os viciados em tóxico.

c) A declaração judicial da incapacidade civil absoluta gera a cassação dos direitos políticos.

d) Quando for obrigatória, em razão do grau da deficiência, a realização judicial do processo de “tomada de decisão apoiada”, a escolha dos apoiadores recairá sobre os familiares mais próximos em grau.

e) São absolutamente incapazes a certos atos ou à maneira de os exercer os pródigos e doentes mentais.

08. Sr. João, atualmente com 63 anos de idade, encontra-se inconformado. Há anos guardou seus recursos financeiros para, em sua velhice, poder usufruir de uma garantia mínima à sua subsistência. Ocorre que, ao ir ao banco, constatou que seu neto, Cristóvão, atualmente com 20 anos de idade, há duas semanas, munido de seu cartão bancário e senha, sacou todo o dinheiro que guardara. Nesta situação, é correto afirmar que:

a) Mesmo se tratando de ação penal privada, João não poderá propor a queixa crime, por serem isentos de pena os descendentes, quando cometam crimes contra o patrimônio de seus ascendentes.

b) Não incidirá, no caso presente, as disposições do Estatuto do Idoso, uma vez que João não contava com idade igual ou superior a 65 (sessenta e cinco) anos à época da consumação do ilícito.

c) Ao neto Cristóvão não se aplicará hipótese de isenção de pena, em razão da proteção garantida pelo Estatuto do Idoso, uma vez que João contava, na data da ocorrência do crime, com idade superior a 60 (sessenta) anos.

d) A hipótese de isenção de pena, prevista para os crimes patrimoniais entre ascendentes e descendentes, apenas será afastada se João oferecer, no prazo de 06 (seis) meses, representação para a propositura da respectiva ação penal pública condicionada.

e) Haverá isenção de pena por ser Cristóvão inimputável, condição que apenas se extinguirá após os 21 (vinte e um) anos.

09. O vereador J.S.C é conhecido por seu bordão “em defesa da moralidade e dos bons costumes”. Após uma sessão intensa de debates na Câmara de Vereadores, J.S.C foi abordado, por um repórter do jornal de circulação local, a respeito do voto de sua mais fiel opositora R.V.S. J.S.C, em manifestação ao referido repórter, afirmou que discordava da opinião da referida vereadora e que ela era imoral ao coadunar com a “roubalheira” e a “ladroagem”. Segundo a interpretação majoritária do Supremo Tribunal Federal a respeito da imunidade parlamentar contida no art. 29, VIII, da CF/88, é correto afirmar que as ofensas pessoais expressas por J.S.C:

a) Embora indesejáveis, por se referirem a pronunciamento diretamente relacionado com o exercício de seu mandato, ainda que tenha ocorrido fora do recinto da Câmara dos Vereadores, não são passíveis de reprimenda judicial.

b) É passível de reprimenda judicial, uma vez que a interpretação conferida pelo Supremo Tribunal Federal à expressão “circunscrição do município” restringiu-se à estrutura física da Câmara de Vereadores, onde ocorre o debate parlamentar, não se aplicando a entrevistas à imprensa.

c) É passível de reprimenda judicial caso haja exclusão da imunidade no regimento interno da respectiva Câmara, com o objetivo de assegurar a moralidade e o decoro, já que a norma constitucional é de eficácia contida.

d) É passível de reprimenda constitucional uma vez que a imunidade parlamentar, prevista no mencionado preceito, não alcança as palavras proferidas por agente político quando, no exercício do mandato, extrapolam os limites do bom-senso e ofendem a honra de outrem.

e) É passível de reprimenda judicial apenas com relação a eventual ressarcimento por danos morais, eis que, conforme interpretação conferida pelo Supremo Tribunal Federal, a imunidade parlamentar alcança apenas as imputações de ordem penal.

10. Nos rincões do país, há o Município X.Y.Z, onde as tevês por assinatura ainda não são uma realidade. Também não há cinemas, de modo que, a diversão mais comum da população, é a locação de filmes cinematográficos na locadora da cidade. J.S.C, vereador, atento à necessidade de arrecadação tributária da localidade, requisitou um parecer sobre a possibilidade de alteração do Código Tributário Municipal e da lei municipal instituidora do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN), com o objetivo de exigir, da atividade de locação de filmes cinematográficos, o respectivo imposto. Neste caso, segundo as determinações da Constituição Federal de 1988 (CF/88) e Código Tributário Nacional (CTN) e do Supremo Tribunal Federal (STF), é correto afirmar que:

a) O Município X.Y.Z poderá instituir o Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN) da atividade de locação de filmes cinematográficos, pois o ato é equiparado a “prestação de serviços”.

b) O Município X.Y.Z apenas poderá instituir o Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN) da atividade de locação de filmes cinematográficos após 1º de janeiro de 2011, em razão da modulação de efeitos conferida pelo STF.

c) O Município X.Y.Z não poderá instituir o Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN) pois, apesar do STF entender se tratar de atividade equiparada à “prestação de serviços”, sua previsão deve se dar por meio de lei complementar federal.

d) O Município X.Y.Z não poderá instituir o Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN) da atividade de locação de filmes cinematográficos, pois, segundo posicionamento do STF, é inconstitucional a incidência do referido tributo sobre operações de locação de bens móveis.

e) O Município X.Y.Z não poderá instituir o Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN) da atividade de locação de filmes cinematográficos, pois, segundo posicionamento do STF, esta atividade corresponde ao fato gerador do Imposto de Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), afeto aos Estados.

11. M.R.F, servidor público da Câmara Municipal, impetrou Mandado de Segurança com o objetivo de ver anulado o processo administrativo disciplinar em que se apurou a seguinte falta grave: uso de recursos materiais da repartição em serviços ou atividades particulares, configurando improbidade administrativa. M.R.F alega a nulidade do processo administrativo pois, apesar de ter-lhe sido dado ciência e conhecimento da instalação do processo para exercer seu direitos de defesa, oportunizado seu interrogatório e defesa escrita, não lhe foi nomeado defensor ad hoc, mesmo estando ele desprovido de advogado durante todas as fases do procedimento. Neste caso, segundo as regras do processo administrativo disciplinar previstas no Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Magueirinha e o teor da Súmula Vinculante n. 05 do Supremo Tribunal Federal, é correto afirmar que:

- a) A segurança deverá ser concedida, anulando-se os atos, uma vez que, segundo o STF, há desrespeito aos princípios do contraditório e da ampla defesa, aplicáveis também no âmbito administrativo, quando não observado o direito à defesa técnica.
- b) A segurança deverá ser denegada, uma vez que, segundo o Estatuto e o teor da súmula vinculante n. 05, a designação de causídico em processo administrativo é mera faculdade da parte, de modo que a inexistência de defesa técnica não gera, por si, a nulidade do processo administrativo.
- c) A segurança deverá ser concedida, pois, a aplicação da pena de demissão depende de um processo judicial, não podendo ocorrer no âmbito administrativo, sede esta restrita à apuração e investigação dos fatos.
- d) A segurança deverá ser concedida, anulando-se os atos, uma vez que, apesar do STF entender que a ausência de defesa técnica não implica, necessariamente, em nulidade, o Estatuto local impõe a assistência por causídico como requisito de validade do processo disciplinar.
- e) A segurança deverá ser concedida, anulando-se os atos, uma vez que, apesar do STF entender que a ausência de defesa técnica durante o interrogatório não implica, necessariamente, em nulidade, a subscrição da defesa escrita deve se dar, necessariamente, por pessoa habilitada na Ordem dos Advogados do Brasil, sob pena de nulidade.

12. A respeito das determinações da Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei n.º 101/00) é correto afirmar que:

- a) A reestimativa de receita por parte do Poder Legislativo, segundo art. 12 da Lei, só será admitida se comprovado erro ou omissão de ordem técnica ou legal.
- b) O Poder Executivo colocará à disposição dos demais Poderes e do Ministério Público, no mínimo seis meses antes do prazo final para encaminhamento de suas propostas orçamentárias,

os estudos e as estimativas das receitas para o exercício subsequente.

c) É vedada a realização de transferências voluntárias para o ente que não proceda à instituição, previsão e efetiva arrecadação de todos os tributos de sua competência constitucional, incluindo impostos, taxas e contribuições de melhoria.

d) A despesa total com pessoal, em cada período de apuração, não poderá exceder o percentual de 50% (cinquenta por cento) da receita corrente líquida dos Municípios.

e) É anulável, caso comprovado prejuízo ao erário, o ato que provoque aumento da despesa com pessoal e que seja expedido nos cento e oitenta dias anteriores ao final do mandato do titular do respectivo Poder.

13. Silvio, servidor público da Câmara Municipal, ao executar sua função de motorista, levando um dos vereadores para a realização de funções adstritas ao cargo, atropelou e provocou lesões em um pedestre. Neste caso:

a) A responsabilidade civil do ente público será subsidiária, apenas ocorrendo se Silvio não possuir patrimônio para reparar os danos causados.

b) A responsabilidade civil do ente público será subjetiva, apenas ocorrendo se, de fato, apurar-se a existência de culpa ou dolo do servidor.

c) A responsabilidade do ente público será pela modalidade do risco integral, inadmitindo-se exclusão ainda que apurada culpa exclusiva da vítima ou de terceiro.

d) A responsabilidade civil do ente público será objetiva, apenas ocorrendo se, de fato, apurar-se a existência de culpa ou dolo do servidor.

e) A responsabilidade do ente público será objetiva, independentemente da apuração de dolo ou culpa do empregado, ainda que cabível a apuração de causas de exclusão de responsabilidade.

14. Nos casos de emergência ou de calamidade pública, quando caracterizada urgência de atendimento de situação que possa ocasionar prejuízo ou comprometer a segurança de pessoas, obras, serviços, equipamentos e outros bens, públicos ou particulares, segundo as disposições da Lei nº8.666/93, o processo de licitação será:

a) Dispensável somente para os bens necessários ao atendimento da situação emergencial ou calamitosa e para as parcelas de obras e serviços que possam ser concluídas no prazo máximo de 180 (cento e oitenta) dias consecutivos e ininterruptos, contados da ocorrência da emergência ou calamidade, vedada a prorrogação dos respectivos contratos.

b) Inexigível somente para os bens necessários ao atendimento da situação emergencial ou calamitosa e para as parcelas de obras e serviços que possam ser concluídas no prazo máximo de 180 (cento e oitenta) dias consecutivos e ininterruptos, contados da ocorrência da emergência ou calamidade, 4

vedada a prorrogação dos respectivos contratos.

c) Inexigível para todo e qualquer bem necessário ao atendimento da situação emergencial ou calamitosa, incluindo obras e parcelas de obras e serviços, independentemente do prazo máximo para sua conclusão, desde que visem a combater os danos causados pelo fato.

d) Dispensável para todo e qualquer bem necessário ao atendimento da situação emergencial ou calamitosa, incluindo obras e parcelas de obras e serviços, independentemente do prazo máximo para sua conclusão, desde que visem a combater os danos causados pelo fato.

e) Dispensada somente para os bens necessários ao atendimento da situação emergencial ou calamitosa e para as parcelas de obras e serviços que possam ser concluídas no prazo máximo de 30 (trinta) dias consecutivos e ininterruptos, contados da ocorrência da emergência ou calamidade, admitida prorrogação dos respectivos contratos.

15. Constitui causa de exclusão do crédito tributário, segundo o Código Tributário Nacional:

a) prescrição.

b) decadência.

c) imunidade.

d) anistia.

e) parcelamento.

16. Acerca do controle de constitucionalidade, em relação à Constituição Federal, analise as assertivas abaixo:

I - Caberá ação direta de Inconstitucionalidade contra lei ou ato normativo federal, estadual ou municipal.

II - A ação declaratória de Constitucionalidade por ser proposta em face de lei ou ato normativo estadual ou federal editado após 1988.

III - Só caberá Ação Direta de Inconstitucionalidade em face de lei ou ato normativo estadual ou federal editado após 1988.

Com base nisso, assinale a alternativa correta.

a) É correta apenas a afirmativa I.

b) É correta apenas a afirmativa II.

c) É correta apenas a afirmativa III.

d) São corretas as afirmativas I e II apenas.

e) São corretas as afirmativas I e III apenas.

17. O controle de constitucionalidade em relação à Constituição Federal é tema relevante dentro do estudo do direito constitucional. Dentre as várias ações possíveis no controle concentrado de constitucionalidade brasileiro há uma ação que tem como característica ser residual, ou seja, só será utilizada quando não couber qualquer outra das ações capazes de fazer controle de constitucionalidade no ordenamento jurídico brasileiro. No controle concentrado de constitucionalidade brasileiro, a ação que possui natureza residual é a:

a) Ação Direta de Inconstitucionalidade.

b) Ação Declaratória de Constitucionalidade.

c) Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental.

d) Ação Direta de Inconstitucionalidade interventiva.

e) Ação Direta de inconstitucionalidade por omissão.

18. Quanto ao controle de constitucionalidade de lei municipal frente à Constituição Federal, assinale a alternativa correta.

a) O sistema brasileiro não admite nenhuma forma de controle de constitucionalidade de lei municipal frente à Constituição Federal.

b) É possível controle de constitucionalidade por meio de Ação Direta de Inconstitucionalidade de lei municipal frente à Constituição Federal.

c) Não há nenhuma ação de controle concentrado de constitucionalidade que permita questionar a validade de lei municipal frente à Constituição Federal.

d) É possível fazer o controle de constitucionalidade de lei municipal frente à Constituição Federal por meio do controle difuso de constitucionalidade.

e) O controle difuso de constitucionalidade só permite a impugnação de lei ou ato normativo federal ou estadual pós 1988.

19. Acerca da distribuição de competências no direito brasileiro, assinale a alternativa que indica corretamente uma competência atribuída aos municípios.

a) Competência concorrente prevista no art. 24 da Constituição Federal.

b) Competência comum prevista no art. 23 da Constituição Federal.

c) Competência privativa prevista no art. 22 da Constituição Federal.

d) Competência residual prevista no art. 25 da Constituição Federal.

e) Competência para propor emenda à Constituição Federal.

20. De acordo com o art. 29 da Constituição Federal, a Lei Orgânica municipal rege as atividades municipais. Com base nisso, analise as assertivas abaixo acerca das vedações expressamente previstas na Lei orgânica do Município de Mangueirinha.

I - É vedado ao município permitir ou fazer uso de estabelecimento gráfico, jornal, estação de rádio, televisão, serviço de alto-falante ou qualquer outro meio de comunicação de sua propriedade, para propaganda político-partidária ou fins estranhos à administração.

II - É vedado ao município criar distinções entre municípios ou preferências entre si.

III - É vedado ao município conceder qualquer subsídio ou isenção, redução de base de cálculo, concessão de crédito presumido, anistia ou remissão, relativas a impostos, taxas ou contribuições, mesmo que haja lei municipal específica.

Com base nisso, assinale a alternativa correta.

- a) É correta apenas a afirmativa I.
- b) É correta apenas a afirmativa II.
- c) É correta apenas a afirmativa III.
- d) São corretas as afirmativas I e III apenas.
- e) Todas as afirmativas estão corretas.

21. Acerca das atribuições do poder Executivo municipal previstas na lei orgânica municipal, assinale a alternativa correta.

- a) O Prefeito não poderá, sem licença da Câmara, ausentar-se do Município por período superior a 15 (quinze) dias sob pena de perda do mandato.
- b) O prefeito poderá licenciar-se para tratar interesse particular, ocasião em que fará jus aos seus subsídios normalmente.
- c) O Prefeito não poderá se ausentar do Município, seja qual for o motivo, por período superior a 15 (quinze) dias sob pena de suspensão dos seus subsídios pelo tempo que ficar fora, sem prejuízo ao mandato eletivo.
- d) O Prefeito gozará férias anuais de trinta (30) dias, sem prejuízo de subsídio, necessariamente no período de 20 de dezembro a 20 de janeiro do ano subsequente em cada ano, comunicando previamente a Câmara Municipal.
- e) O Prefeito não poderá, sem licença da Câmara, ausentar-se do Município por período superior a 5 (cinco) dias sob pena de perda do mandato.

22. Acerca da perda do mandato do Vereador, expressamente prevista no art. 10 do regimento interno da Câmara Municipal de Manguueirinha, assinale a alternativa correta.

- a) A perda do mandato se dá por decisão de 1/3 (um terço) dos membros da Câmara de Vereadores.
- b) A perda do mandato se dá por decisão de 2/3 (dois terços) dos membros da Câmara de Vereadores.
- c) A perda do mandato se dá por decisão da maioria simples dos membros da Câmara de Vereadores.
- d) A perda do mandato se dá por decisão de maioria absoluta dos presentes na sessão da Câmara de Vereadores.
- e) A perda do mandato se dá por decisão de 3/5 (três quintos) dos membros da Câmara de Vereadores.

23. Acerca das hipóteses de perda do mandato de Vereador municipal, expressamente previstas no art. 10 do regimento Interno da Câmara de vereadores e no art. 31 da Lei Orgânica municipal, analise as assertivas a seguir.

I - Os Vereadores não poderão, desde a posse, exercer outro mandato eletivo Federal, Estadual ou Municipal.

II - Os Vereadores não poderão, desde a posse, pleitear interesses privados perante a administração municipal, na qualidade de advogado ou procurador.

III - Os Vereadores não poderão, desde a expedição do diploma, ser proprietário ou diretor de empresa que goze de favor decorrente de contrato celebrado com o Município.

Assinale a alternativa correta.

- a) É correta apenas a afirmativa I.
- b) É correta apenas a afirmativa II.
- c) Todas as afirmativas estão corretas.
- d) São corretas as afirmativas I e II apenas.
- e) São corretas as afirmativas I e III apenas.

24. Acerca dos servidores e dos cargos públicos previstos na Lei municipal nº 1905/2015, analise as assertivas abaixo.

I - As funções de confiança e os cargos comissionados, a serem exercidas preferencialmente por servidores efetivos, destinam-se apenas às atribuições de direção, chefia e assessoramento.

II - Além das hipóteses decorrentes da aplicação do Plano de Cargos e Salários, Carreira e Valorização do Servidor Público do Município de Manguueirinha-PR são admitidos desigualdades de vencimentos quando pertinentes ao exercício de funções iguais ou assemelhadas, permitida a adoção de critérios de admissão baseados em sexo, idade, cor, estado civil ou credo religioso.

III - A investidura em cargo público de provimento efetivo dependerá de prévia aprovação em concurso público, enquanto que os cargos de provimento em comissão e as funções de confiança serão de livre nomeação e exoneração.

Com base nisso, assinale a alternativa correta.

- a) É correta apenas a afirmativa I.
- b) É correta apenas a afirmativa III.
- c) São corretas as afirmativas I e III apenas.
- d) São corretas as afirmativas I e II apenas.
- e) Todas as afirmativas estão corretas.

25. Acerca do provimento, da vacância, da remoção, da redistribuição, da cessão e da substituição dos servidores do município de Manguueirinha expressamente previstos na lei nº 1905/2015, analise as assertivas a seguir assinalando V, para as verdadeiras, e F, para as falsas.

I - () A nomeação é o ato pelo qual o poder público atribui um cargo ou função a uma determinada pessoa, e será feita em caráter efetivo, quando se tratar de cargo de carreira.

II - () A posse ocorrerá dentro do prazo máximo de 15 (quinze) dias, contados da publicação do ato de nomeação.

III - () É de 15 (quinze) dias o prazo para o servidor empossado em cargo público entrar em exercício, contados da data da posse.

IV - () Exercício é o efetivo cumprimento das atribuições inerentes ao cargo ou função.

Assinale a alternativa que indica a sequência correta sobre as assertivas acima.

a) I - F; II - V; III - V; IV - F.

b) I - F; II - F; III - V; IV - V.

c) I - V; II - F; III - V; IV - V.

d) I - V; II - V; III - F; IV - F.

e) I - F; II - F; III - F; IV - V.

26. Acerca do quadro de Pessoal e o Plano de Cargos e Salários dos Servidores Públicos da Câmara Municipal de Vereadores de Mangueirinha (lei nº 1709/2012), assinale a alternativa que corresponde a um dos grupos que indicam um cargo efetivo do Poder Legislativo de Mangueirinha.

a) Secretarias municipais SM.

b) Prefeito municipal - PM.

c) Conselho de contribuintes - CC.

d) Profissionais – PRO.

e) Vereadores municipais - VM.

27. Com base na lei municipal nº1709/2012, no que diz respeito à progressão funcional do servidor público, assinale a alternativa correta.

a) A progressão horizontal de mudança de nível ocorrerá ao término da passagem por todas as referências de um nível e será automática.

b) A progressão vertical de mudança de nível ocorrerá ao término da passagem por todas as referências de um nível e será automática.

c) A avaliação pelo interesse de qualificação ocorrerá mediante a apresentação de cursos de aperfeiçoamento e atualização profissional, ligados ou não às funções de atuação do servidor.

d) O servidor que alcançar conceito de avaliação igual ou superior a 6 (seis), numa escala de 0 (zero) a 10 (dez), terá direito à progressão funcional, progredindo uma referência a cada ano, mesmo que tenha faltas injustificadas no período.

e) O servidor público de Mangueirinha não possui plano de carreira.

28. Acerca dos vencimentos dos cargos efetivos e comissionados, previstos na lei nº 1710/2012, analise o texto abaixo e complete a lacuna com uma das alternativas.

“Os vencimentos dos cargos de provimento efetivo e comissionado, sofrerão reposição salarial na data base, e com o mesmo índice aplicado ao_____.”

a) Executivo Municipal.

b) Executivo Estadual.

c) Executivo Federal.

d) Supremo Tribunal Federal.

e) Tribunal de Justiça.

29. Tendo como base a lei 1915/2016 que acresceu os artigos 21-A e 23-A à Lei Municipal nº 1.709/2012, analise as assertivas abaixo.

I - A Câmara Municipal poderá, a critério da Mesa Diretora, reduzir, no período de recesso parlamentar, sem prejuízo do andamento dos trabalhos do Legislativo, o horário de expediente e a jornada de trabalho dos servidores.

PORQUE

II - Com estas medidas será possível obter economia e evitar desperdícios.

Com base nisso, assinale a alternativa correta.

a) Apenas a afirmativa I está correta.

b) Apenas a afirmativa II está correta.

c) A afirmativa II está correta, mas não completa adequadamente a afirmativa I.

d) Ambas as afirmativas estão corretas e a afirmativa II completa adequadamente a afirmativa I.

e) Ambas as afirmativas estão incorretas.

30. Acerca do Regime jurídico do servidor nomeado para cargo de provimento efetivo no município de Mangueirinha, regido pela lei nº 1905/2015, analise as assertivas abaixo.

I - O servidor nomeado para cargo de provimento efetivo ficará sujeito a estágio probatório por período de três (3) anos.

II - O servidor habilitado em concurso público, nomeado e empossado em cargo de provimento efetivo, adquire estabilidade no cargo efetivo ao completar 3 (três) anos de efetivo exercício, se aprovado no estágio probatório.

III - O servidor só poderá deter promoção ou progressão após adquirir estabilidade.

a) É correta apenas a afirmativa I.

b) É correta apenas a afirmativa II

c) É correta apenas a afirmativa III.

d) Todas as afirmativas estão corretas.

e) São corretas as afirmativas I e II apenas.

QUESTÕES 31 A 46 - LÍNGUA PORTUGUESA

Leia o texto a seguir e responda às questões de 31 a 40.

As crianças querem e têm o direito de ler notícias

Se entendermos que elas têm o direito a ser informadas, com a linguagem adequada, conseguiremos formar uma geração de cidadãos críticos

STEPHANIE HABRICH*

12 OUT 2017

Quando digo que publicamos o único jornal para jovens e crianças do Brasil, o quinzenal Joca, normalmente me olham com ar de questionamento. O jornalismo está acabando, o impresso está com os dias contados, as crianças de hoje nasceram num mundo digital...

Tudo isso pode ser verdade, mas não vale apenas o clichê de que os mais novos só se interessam por games e YouTube. Meu trabalho me mostrou que as crianças se interessam por notícia, querem participar das discussões do mundo que as rodeiam e, acreditem, elas adoram o bom e velho papel. Faço essa afirmação com a experiência de quem publica periódicos infantojuvenis há uma década e acompanha de perto o trabalho das mais de 150 escolas brasileiras que hoje adotam o Joca como material de leitura obrigatória.

Posso dizer também que me oriento por pesquisas que apontam os resultados incríveis de crescer lendo um jornal adequado a sua idade. Um estudo realizado pela École des Hautes Études Commerciales (prestigiada faculdade da França) e pela Planète D'Entrepreneurs (empresa que analisa o impacto de determinados produtos sobre a sociedade) nos mostrou que o trabalho com o Joca, na sala de aula ou em casa, aumenta o repertório na fala dos jovens e das crianças, o sentimento de pertencimento à sociedade como cidadão e o próprio desempenho escolar. As crianças leitoras do jornal compartilham o que leram com pais, amigos e familiares, debatem temas de ciência e tecnologia e mencionam bem menos reportagens sobre crime, violência e celebridades do que os que não leem.

Estamos diante de uma geração que é bombardeada por informações o tempo todo, mas precisamos lembrar que crianças e adolescentes ainda não têm critério para avaliar tudo o que chega a eles. Em tempos de fake news, em que boatos se espalham rapidamente como verdade, a leitura diária e constante de jornal é uma forma de educar os jovens a buscar fontes confiáveis de informação e desenvolver um pensamento crítico e autônomo, para que não sejam manipulados pela desinformação.

(...)

O direito de ter acesso às mídias e de participar do debate público está assegurado na Convenção Internacional sobre os Direitos da Criança, aprovada pela Assembleia-Geral da ONU

(Organização das Nações Unidas) em 1989 e assinada pelo Brasil em 1990. Dois jornalistas definem bem a importância de crescer aprendendo a ler jornal. Danny Rubin, premiado autor e expert em comunicação para jovens da geração atual, e Assunta Ng, editora do jornal semanal Northwest Asian, listaram algumas razões, entre elas a ampliação da visão de mundo, o impulso à criatividade, à formação de liderança e à descoberta de soluções para questões variadas. Se não alienarmos as crianças, se entendermos que elas têm o direito a ser informadas - com a linguagem adequada, respeitando a inteligência que têm -, conseguiremos formar uma geração de cidadãos críticos, que lutam por seus direitos, que cumprem seus deveres e que terão as ferramentas necessárias para construir um futuro melhor para o nosso país.

* Stephanie Habrich é fundadora da editora Magia de Ler e do jornal Joca, de circulação quinzenal, adotado em escolas e disponível para assinaturas individuais.

(HABRICH, Stephanie. As crianças querem e têm o direito de ler notícias. El País, Brasil, 12/10/2017, Opinião.

Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2017/10/11/opinion/1507753928_196359.html)

31. Com base no texto anterior, analise as seguintes afirmações:

- I. As crianças não se interessam por jornais impressos.
- II. Os adolescentes sabem avaliar a veracidade de notícias
- III. Crianças leitoras compartilham informações mais interessantes.
- IV. Atualmente as crianças têm interesse em participar de discussões.

Assinale a alternativa correta:

- a) Apenas I está correta.
- b) Apenas III e IV estão corretas.
- c) Apenas I e II estão corretas.
- d) Apenas II e IV estão corretas.
- e) Apenas III está correta.

32. No início do segundo parágrafo, a expressão "*Tudo isso pode ser verdade*" refere-se:

- a) ao fato das crianças e jovens acessarem apenas jornais digitais.
- b) à redução de jornais impressos e ao contexto digital da nova geração.
- c) ao fato de haver um jornal para o público jovem e infantil.
- d) ao mundo digital e às crianças de hoje.
- e) ao fim do jornalismo.

33. No terceiro parágrafo, a autora cita o estudo realizado como recurso:

- a) de exemplificação dos benefícios da leitura de jornal desde criança.
- b) de dados sobre a importância da leitura de jornal por crianças.
- c) de autoridade quanto aos benefícios da leitura de jornal por crianças.
- d) de senso comum pra comprovar os benefícios da leitura por crianças.
- e) de consenso pra ilustrar a importância da leitura.

34. “Posso dizer também que me oriento por pesquisas”. No período destacado, a oração substantiva introduzida pelo “que” é classificada corretamente como:

- a) predicativa.
- b) completiva nominal.
- c) objetiva indireta.
- d) subjetiva.
- e) objetiva direta.

35. Assinale a alternativa em que todas as palavras sofreram alterações com o Novo Acordo Ortográfico.

- a) Leem – tem - infantojuvenis
- b) Assembleia – também - tem
- c) Assembleia – infantojuvenis - leem
- d) Leem – têm – também
- e) Tem – infantojuvenis - também

36. “(...) normalmente me olham com ar de questionamento”. No trecho destacado, o pronome “me” exerce a função de:

- a) complemento verbal.
- b) sujeito.
- c) adjunto adverbial.
- d) complemento nominal.
- e) partícula apassivadora.

37. “As crianças leitoras do jornal compartilham o que leram com pais”. Assinale a alternativa que classifica corretamente as palavras do trecho destacado.

- a) as = pronome oblíquo.
- b) o = artigo.
- c) jornal = substantivo próprio.
- d) compartilham = substantivo comum.
- e) leitoras = adjetivo.

38. “Se não alienarmos as crianças, (...) conseguiremos formar uma geração de cidadãos críticos (...)”. A conjunção “se” expressa o sentido de:

- a) causa.
- b) adversidade.
- c) condição.
- d) concessão.
- e) final.

39. Assinale a alternativa em que NÃO há erros na pontuação.

- a) Está assegurado na Convenção Internacional, sobre os Direitos da Criança, o direito de ter acesso, às mídias e de participar do debate público.
- b) Está assegurado, na Convenção Internacional sobre os Direitos da Criança, o direito de ter acesso às mídias e de participar do debate público.
- c) Está assegurado na Convenção Internacional sobre os Direitos da Criança, o direito de ter acesso às mídias, e de participar do debate público.
- d) Está assegurado, na Convenção Internacional, sobre os Direitos da Criança, o direito de, ter acesso às mídias e, de participar do debate público.
- e) Está assegurado na Convenção, Internacional sobre os Direitos da Criança, o direito de ter acesso às mídias, e de participar do debate público.

40. Assinale a alternativa em que o pronome substitui corretamente o termo destacado: “As crianças adoram o bom e velho papel”.

- a) Elas adoram-lhe.
- b) Elas adoram-o.
- c) Elas adoram-nos.
- d) Elas adoram-no.
- e) Elas adoram-lhes.

Leia a tirinha a seguir e responda às questões de 41 a 46.



Disponível em: <https://blogdojeffrossi.blogspot.com.br/2015/03/tiras-do-armandinho.html>

41. Na tirinha, a frase escrita na placa gera um problema de interpretação, o qual é resultado de:

- a) ambiguidade.
- b) pleonasma.
- c) arcaísmo.
- d) cacofonia.
- e) neologismo.

42. A respeito da relação entre os elementos verbais e não verbais da tirinha, assinale a alternativa correta.

- a) A resposta do menino está coerente com a possibilidade de venda.
- b) A pergunta do homem reflete a incoerência da posição do menino.
- c) O convite do menino ao homem é coerente com a possibilidade de venda.
- d) A explicação do menino é incoerente com o seu convite.
- e) A posição do menino é coerente com o que a placa diz.

43. Os verbos “vender”, “ver” e “querer” são classificados, respectivamente, como:

- a) irregular – regular - regular.
- b) regular – regular - irregular.
- c) regular – irregular - regular.
- d) regular - irregular - irregular.
- e) irregular – irregular - irregular.

44. Assinale a alternativa que classifica corretamente a flexão verbal da frase “Eu estou vendo o pôr do sol”.

- a) Voz ativa analítica.
- b) Voz passiva analítica.
- c) Voz ativa.
- d) Voz reflexiva.
- e) Voz passiva sintética.

45. Assinale a alternativa em que a crase está empregada de forma INCORRETA.

- a) O menino se referiu à cena do sol poente.
- b) O menino assistiu à beleza do pôr do sol.
- c) Na cena, o homem desconhecia à intenção do menino.
- d) O menino ficou à espera do pôr do sol.
- e) O homem fez críticas à placa.

46. Assinale a alternativa que justifica corretamente o acento em “pôr do sol”.

- a) Em palavra composta o acento é obrigatório.
- b) O acento no verbo “por” é facultativo.
- c) A preposição “por” sempre é acentuada.
- d) O acento diferencia a preposição “por” do verbo “pôr”.
- e) É acentuado por ser um monossílabo tônico.

QUESTÕES 47 A 60 - CONHECIMENTOS GERAIS

47. Leia a seguinte notícia jornalística a respeito de um recente acontecimento da política internacional e assinale a alternativa que preenche corretamente a lacuna:

“Os Estados Unidos vão sair da _____ no final do ano. ‘Esta decisão não foi tomada de ânimo leve’, disse o Departamento de Estado norte-americano em comunicado, considerando necessária uma ‘reforma na organização’. Horas depois, o primeiro-ministro de Israel, Benjamin Netanyahu, anunciou que também Israel se preparava para abandonar o órgão, referindo ainda que a decisão dos EUA tinha sido ‘corajosa’. O comunicado do Departamento de Estado repete as velhas críticas norte-americanas contra um alegado ‘viés anti-Israel’ da entidade”.

(O Público, 12/10/17, com adaptações).

- a) Organização das Nações Unidas (ONU).
- b) Organização Mundial do Comércio (OMC).
- c) Organização dos Estados Americanos (OEA).
- d) Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN).
- e) Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO).

48. O Prêmio Nobel da Paz é uma distinção conferida anualmente a pessoas ou organizações que tenham contribuído com ações de fraternidade entre os povos. Dentre as alternativas a seguir, assinale a que apresenta uma personalidade que NÃO recebeu essa premiação.

- a) Barack Obama, pelos esforços diplomáticos de cooperação entre povos.
- b) Kofi Annan, pela dedicação a um mundo melhor organizado e mais pacífico.
- c) Madre Teresa de Calcutá, por sua luta contra a miséria na Índia.
- d) Nelson Mandela, devido ao seu trabalho pelo fim do regime do apartheid.
- e) Papa Bento XVI, por sua cooperação no diálogo entre Estados Unidos e Cuba.

49. Considere a seguinte matéria sobre um recente impasse jurídico da política nacional e assinale a alternativa que preenche corretamente a lacuna.

“Por 44 a 26 votos, o Senado Federal decidiu, nesta terça-feira, devolver o mandato do senador afastado _____. A decisão da Casa, em votação aberta, reverte determinação anterior do Supremo Tribunal Federal (STF), que lhe havia imposto medidas cautelares. Entre elas, estavam o afastamento do mandato, o impedimento de falar com outros investigados e o recolhimento noturno. A necessidade de chancela da decisão do Judiciário pelo Senado foi assegurada pelo plenário do próprio STF”.

(BBC Brasil, 17/10/17, com adaptações).

- a) Alvaro Dias
- b) Eduardo Cunha
- c) Fernando Collor
- d) Aécio Neves
- e) Roberto Requião

50. De acordo com a atual Constituição da República Federativa do Brasil, a ordem econômica nacional deve observar determinados princípios. Assinale a alternativa que NÃO indica um desses princípios.

- a) Defesa do consumidor.
- b) Livre concorrência.
- c) Monopólio estatal.
- d) Propriedade privada.
- e) Soberania nacional.

51. Recentemente, o Ministério Público Federal denunciou o ex-presidente do Comitê Olímpico Brasileiro (COB), Carlos Arthur Nuzman, pelos crimes de corrupção passiva, organização criminosa, lavagem de dinheiro e evasão de divisas. Tais crimes teriam sido praticados no contexto de um esquema relacionado à:

- a) atuação indevida de agentes públicos na compra do campo de petróleo de Benin.
- b) prática de manobras que visaram “maquiar” as contas públicas em ano eleitoral.
- c) compra de votos para a escolha do Rio de Janeiro como sede das Olimpíadas.
- d) participação em crime de responsabilidade contra a lei orçamentária.
- e) tentativa de desviar milhões de dólares em jogos amistosos da seleção brasileira.

52. De acordo com alguns analistas, a Espanha vive atualmente a sua pior crise política das últimas décadas, relacionada às recentes ofensivas independentistas de uma importante região a nordeste do país. Assinale a alternativa que indica o nome dessa região.

- a) Astúrias.
- b) Castela.
- c) Galícia.
- d) Catalunha.
- e) Valência.

53. Segundo avaliação recente do Fundo Monetário Internacional (FMI), o fim da recessão econômica brasileira parece estar à vista, mas um aumento da incerteza política lançaria dúvidas sobre as perspectivas. A este respeito, assinale a alternativa INCORRETA em relação ao conceito econômico de recessão.

- a) Caracteriza-se, dentre outros aspectos, pelo aumento do desemprego entre setores produtivos da sociedade.
- b) É marcada, geralmente, por dois trimestres consecutivos de diminuição do PIB de um país.
- c) Diz respeito a uma efetiva contração da economia, pela redução dos níveis de produtividade das indústrias, por exemplo.
- d) É um conceito que envolve a melhoria de vários aspectos relacionados ao bem-estar de uma nação, como saúde e educação.
- e) Pode ser medida pela diminuição dos níveis de consumo e de produtividade das empresas, dentre outras coisas.

54. Em relação às recentes evoluções nas tecnologias de comunicação, examine a definição a seguir e assinale a alternativa que indica o dispositivo a que o texto se refere.

“Híbridos entre os computadores e os celulares, não têm o hardware potente dos primeiros, mas também não são tão simples quanto os segundos. A capacidade de realizar e receber chamadas é apenas um detalhe para este aparelho, que permite uma infinidade de possibilidades. Eles englobam algumas das principais tecnologias de comunicação em somente um local. Por isso, para muitos, é como ter o mundo ao alcance de um simples toque”.

(TechTudo, 03/01/2012, com adaptações).

- a) iPod.
- b) PenDrive.
- c) Internet
- d) Smartphone.
- e) Wifi.

55. Leia a seguinte notícia sobre uma crise política vivenciada nos últimos meses por um país vizinho ao Brasil e assinale a alternativa que preenche corretamente a lacuna.

“A Procuradoria-Geral informou que o número de mortos em três meses e meio de violentos protestos chegou a cento e três. Ontem, durante uma greve geral de vinte e quatro horas convocada pela oposição, cinco jovens morreram e mais de trezentas pessoas foram presas pela Guarda Nacional Bolivariana. O país do presidente _____ vive uma grave crise política e econômica, enquanto governo e oposição travam um árduo cabo de guerra pelo poder”.

(O GLOBO, 21/07/17, com adaptações).

- a) Evo Morales.
- b) Fidel Castro.
- c) Hugo Chávez.
- d) Nicolás Maduro.
- e) Rafael Correa.

56. Analise a seguinte descrição sobre um importante conflito internacional da atualidade e assinale a alternativa que lhe corresponde.

“Trata-se de um dos conflitos que mais geram tensões e preocupações em todo o mundo. Ambos os lados reivindicam o seu próprio espaço de soberania sobre uma região do Oriente Médio, mais precisamente nas proximidades do Mar Mediterrâneo, tendo como foco principal a cidade de Jerusalém. Com isso, guerras são travadas, vidas são perdidas e uma paz duradoura encontra-se cada vez mais distante”.

(Portal Mundo Educação, com adaptações).

- a) Guerra do Golfo.
- b) Estado Islâmico.
- c) Guerra Civil na Síria.
- d) Conflito Israelo-Palestino.
- e) Guerra do Afeganistão.

57. O conceito de Desenvolvimento Sustentável foi consagrado pela Organização das Nações Unidas (ONU) no final de década de 1980, com o lançamento do chamado Relatório Brundtland. Assinale a alternativa que melhor define esse conceito ecológico.

- a) A variabilidade entre organismos vivos de todas as origens, compreendendo, dentre outros, os ecossistemas terrestres e marinhos.
- b) É o desenvolvimento que satisfaz as necessidades presentes, sem comprometer a capacidade das gerações futuras de suprir suas próprias necessidades.
- c) Fenômeno natural que faz com que a temperatura da superfície da Terra seja favorável à existência de vida no planeta.
- d) Mudanças da atmosfera terrestre suscetíveis de causar impacto a nível ambiental ou de saúde humana.
- e) Tratado internacional em que os países signatários se comprometeram a reduzir as suas respectivas emissões de gases de efeito estufa na atmosfera.

58. Leia a seguinte análise sobre o processo histórico da globalização e assinale a alternativa que apresenta o termo que preenche a lacuna adequadamente.

“Desde a industrialização do Ocidente, o comércio mundial, a compra e venda de mercadorias e serviços entre diferentes países expandiu-se muito rapidamente. Por isso, o comércio constitui um dos principais e certamente o mais antigo fundamento de uma globalização econômica, ao articular produtores e consumidores geograficamente distantes e ao estabelecer entre eles uma relação de _____”.

(CAMPOS & CANAVEZES. Introdução à Globalização. Évora: Editora Instituto Bento de Jesus Caraça, 2007)

- a) Interdependência.
- b) Leniência.
- c) Independência.
- d) Negligência.
- e) Subserviência.

59. A Declaração Universal dos Direitos Humanos foi aprovada em 1948 pela Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas (ONU). Considere as alternativas a seguir e assinale a que NÃO apresenta um dos seus princípios.

- a) Todo indivíduo tem direito à vida, à liberdade e à segurança pessoal.
- b) Todos os seres humanos nascem livres e iguais em todos os aspectos.
- c) Toda a pessoa tem direito à liberdade de pensamento, de consciência e de religião.
- d) Todos são iguais perante a lei e, sem distinção, têm direito a igual proteção da lei.
- e) Ninguém será submetido a tortura nem a penas ou tratamentos cruéis, desumanos ou degradantes.

60. Com base no atual texto constitucional brasileiro, analise as alternativas a seguir e assinale a que NÃO indica um dos princípios em que devem se basear as relações internacionais do país.

- a) Autodeterminação dos povos.
- b) Igualdade entre os Estados.
- c) Prevalência dos direitos humanos.
- d) Repúdio ao terrorismo e ao racismo.
- e) Solução belicosa dos conflitos.

GABARITO

PREENCHA SUAS RESPOSTAS NO QUADRO ABAIXO E DESTAQUE NA LINHA PONTILHADA

1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15
16	17	18	19	20	21	22	23	24	25	26	27	28	29	30
31	32	33	34	35	36	37	38	39	40	41	42	43	44	45
46	47	48	49	50	51	52	53	54	55	56	57	58	59	60

Divulgação do Gabarito Preliminar às 17 horas do dia 13/11/2017.